



Turismo, populações tradicionais e ambiente

Antônia Gabriela Pereira de Araújo, Lorena Leite Aragão, Lea Carvalho Rodrigues

¹Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará (UFC), Av. da Universidade 2995, Bairro Benfica, Fortaleza, CE. E-mail: sociaisufc@gmail.com

²Curso de Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará (UFC), Av. da Universidade 2995, Bairro Benfica, Fortaleza, CE. E-mail: Aragao.lorena@gmail.com

³Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará (UFC), Av. da Universidade 2995, Bairro Benfica, Fortaleza, CE. E-mail: leaufc@gmail.com

Resumo

Abordamos as políticas públicas de desenvolvimento por meio do turismo na região extremo Oeste do litoral cearense. A pesquisa é sobre o roteiro turístico *Rota das Emoções: Delta – Jeri – Lençóis*, fruto da parceria entre Ceará, Piauí e Maranhão. O roteiro cria um extenso corredor turístico regional. Procuramos atentar para os efeitos das mudanças ocorridas na sua implementação, particularmente nas localidades de Bitupitá e Venâncio, no município de Barroquinha. O turismo em localidades de baixo desenvolvimento econômico é concebido pelo Ministério do Turismo como fomentador do desenvolvimento econômico e social, já que age como propulsor de outras atividades presentes no ramo turístico. Logo, a presente proposta volta-se para os impactos gerados nas populações de pescadores e agricultores das localidades referidas, considerando os saberes e fazeres tradicionais da pesca de curral e as alianças de parentesco. Como ferramenta de análise nos valem as propostas e discussões na área da antropologia do turismo, com ênfase na tensão entre sociedade e ambiente, com um olhar crítico para a noção de desenvolvimento sustentável (Leff, 2007 e Coriolano, 2006). Metodologicamente, procuramos seguir as proposições de Ingold (2000) de abandono à dicotomia natureza/cultura, privilegiando as relações de integração entre organismo e ambiente (ecologia da vida).

Palavras-chave: turismo, políticas públicas, populações tradicionais, ambiente, Rota das Emoções.

Abstract

Tourism, traditional populations and environment. Aiming to study public policy development through tourism in the extreme western coastland of Ceará, we carried out a research on the tour “*Rota das Emoções: Delta – Jeri – Lençóis*”, the fruit of a partnership between three Brazilian states: Ceará, Piauí and Maranhão. This tour creates an extensive regional tourism corridor. We focused on the effects of the changes which took place along its implementation, particularly in Bitupitá and Venâncio, both in the municipality of Barroquinha. In low economic development areas, tourism is conceived by the Ministry of Tourism as a promoter of economic and social development, since it acts as a propellant of other activities linked to the tourist industry. Taking this into account, we aim to analyze the impacts it has on populations of fishermen and farmers who live in the aforementioned localities, considering traditional fish weir knowledge and kinship alliances. We used proposals and discussions in the field of tourism anthropology as analysis tools, highlighting the tension between society and environment, with a critical look at the notion of sustainable development (Leff, 2007 and Coriolanus, 2006). Methodologically, we followed the path of Ingold (2000), who discusses the abandon of the

dichotomy nature / culture, emphasizing the relationships of integration between organism and environment (ecology of life).

Keywords: tourism, public politics, traditional populations, environment, emotional routes

Resumen

Turismo, las poblaciones y el medio ambiente tradicionales. Nos dirigimos a la elaboración de políticas públicas a través del turismo en la región más occidental de Ceará. La investigación está en el itinerario del viaje Ruta de las Emociones: Delta - Jeri - Sábanas, resultado de una colaboración entre Ceará, Piauí y Maranhão. El script crea un extenso corredor turístico regional. Nosotros tratamos de prestar atención a los efectos de los cambios en su aplicación, sobre todo en las ciudades de Bitupitá y Venancio, en el municipio de Barroquinha. Turismo en lugares bajos de desarrollo económico ha sido diseñado por el Ministerio de Turismo como desarrolladores de desarrollo económico y social, como actos de otras actividades como propulsores presentes en la industria turística. Por lo tanto, esta propuesta se dirige a los impactos sobre las poblaciones de pescadores y agricultores de estos

lugares, teniendo en cuenta los conocimientos tradicionales y el corral obras de pesca y las alianzas de parentesco. Como una herramienta de análisis que hacemos uso de las propuestas y los debates en el campo de la antropología del turismo, haciendo hincapié en la tensión entre la sociedad y el medio ambiente, con una mirada crítica sobre el concepto de desarrollo sostenible (Leff, 2007 y Coriolanus, 2006).

Introdução

162 Neste artigo nos voltamos às políticas públicas de desenvolvimento do turismo para a região do extremo oeste do litoral cearense. Mais especificamente, apresentamos dados etnográficos coletados no município de Barroquinha, localizado a 385 km de Fortaleza, Ceará, local no qual vimos realizando pesquisa desde 2010. Ali está localizada a praia de Bitupitá, a última do litoral cearense, já na fronteira com o estado do Piauí. Nosso intuito de pesquisa foi entender a organização social e política local, o modo de vida e as atividades produtivas ali realizadas, com vistas a fornecer subsídios para um melhor acompanhamento das mudanças que vêm ocorrendo em razão do forte incentivo ao turismo e à construção de usinas eólicas na região, ou seja, os efeitos dessas transformações sobre populações e ambiente.

Os dados provêm de pesquisas do projeto-base intitulado “Antropologia e políticas públicas: incentivo ao turismo no extremo-oeste da costa oeste cearense e impactos sobre populações locais”, creditado pela professora Lea Carvalho Rodrigues, que tem dentre os muitos interesses, principalmente o de realizar estudos etnográficos em três pequenos núcleos populacionais – Nova Tatajuba, Maceió e Bitupitá (CE) – no intuito de acompanhar e apreender o processo de mudanças vivenciado pelas populações de pescadores e agricultores que vivem nessas áreas, em razão da expansão do turismo na região.

O interesse no estudo dessas localidades, primeiramente, se dá em razão de as mesmas estarem inseridas no roteiro turístico denominado *Rota das Emoções*, e era crucial ao projeto uma possível interlocução entre o conhecimento antropológico e os estudos das políticas públicas (Santos 2010).

Metodologicamente, trate de seguir las propuestas Ingold (2000) abandonó la dicotomía naturaleza / cultura, centrándose en las relaciones de integración entre el organismo y el medio ambiente (ecología de la vida).

Palabras clave: turismo, políticas públicas, pueblos tradicionales, medio ambiente, emociones de ruta.

O *Rota das Emoções* é um roteiro turístico que teve sua origem no ano de 2007 (a respeito vide Rodrigues e Santos, 2012), quando da assinatura de um convênio entre os estados do Ceará, Piauí e Maranhão, com o apoio do Ministério do Turismo (MTur). O financiamento se dá com recursos da Cooperação Andina de Fomento (CAF) e do Banco Interamericano de desenvolvimento (BID), em conjunto com o Banco do Nordeste (BNB) e apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Secretarias de Turismo dos estados envolvidos, visando a implementação de um roteiro turístico que inclui municípios dos três estados citados, considerados de grande potencial turístico.

O convênio, inicialmente denominado CEPIMA e atualmente conhecido como *Rota das Emoções: Jeri – Delta – Lençóis*, prevê a interligação dos municípios de Jijoca de Jericoacoara, Camocim, Chaval, Cruz e Barroquinha, no Ceará; as cidades de Ilha Grande, Parnaíba, Luis Correa e Cajueiro da Praia, no Piauí; e as cidades de Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia, Santo Amaro e Araiões, no Maranhão, em acordo com a proposta de regionalização do turismo do Mtur e os objetivos expressos na lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008, de promover a consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, geração e distribuição de renda e manutenção do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro. Tais políticas surgiram com intenção de fortalecer o turismo interno e descentralizado no Brasil, por esta atividade ser considerada um instrumento de desenvolvimento econômico e social.

Mediante a criação do Ministério do Turismo em 2003 e a instituição da Política Nacional de Turismo, com a promulgação da Lei do Turismo de 2008, o Plano Nacional de Turismo (PNT) passou a

ser editado em forma de publicações trienais, fornecendo os rumos estratégicos para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil. Dentre as diretrizes do PNT referente ao triênio 2003–2007 (BRASIL 2003), identificamos a intensificação da ação conjunta entre agentes públicos e privados, priorizando as parcerias e a gestão descentralizada em todo o país. Por sua vez, as propostas do PNT referentes aos anos 2007–2010 (BRASIL 2007), mantêm o foco das ações previstas na edição passada, levando também em conta a expansão do mercado interno e a concreta inserção do país no cenário turístico mundial (BRASIL 2003:16). Alinhado a tais medidas, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que tem o turismo como um importante vetor de desenvolvimento econômico e social. Por último, o PNT 2013–2016 (BRASIL 2013) visa incorporar todas as ações já implantadas nos outros PNT aos megaeventos (Copa FIFA de Futebol em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016, no Rio de Janeiro). Esta temporada passa a ser um momento chave para a divulgação do turismo brasileiro dentro e fora do território nacional, ao passo que almeja incrementar a geração de divisas e aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Segundo o Conselho Nacional de Turismo, a atividade turística surge assim como forma alternativa de desenvolvimento econômico por ser uma das atividades que demandam menor investimento para a geração de trabalho e se destaca como um importante segmento gerador de negócios e empregos (BRASIL 2011). O turismo, dessa maneira, passa a ser percebido pelo Mtur como um instrumento de desenvolvimento social, uma vez que age como catalisador do desenvolvimento de outras atividades econômicas em seu entorno e tem como objetivo contribuir para a qualidade de vida da população, visando a inclusão social em regiões com escassas alternativas de desenvolvimento.

Levando em consideração os crescentes investimentos por parte de órgãos públicos e da iniciativa privada nas atividades turísticas no estado do Ceará, sobretudo nas regiões litorâneas e tomando por base os dados levantados desde o

lançamento do roteiro turístico, em 2007, torna-se importante acompanhar o contexto atual do distrito de Bitupitá, em Barroquinha, uma vez que o município se situa no trajeto do roteiro turístico em estudo e se caracteriza como uma região passível de mudanças, uma vez que constam nas diretrizes da Política Nacional de Turismo, incentivos financeiros e de infraestrutura naquelas áreas onde se prevê a instauração do roteiro.

Dentre os diferentes pontos priorizados pela PNT, nosso enfoque recairá primordialmente sobre as populações locais no intuito de compreender se e de que maneira os saberes e modos de vida tradicionais estão sendo afetados mediante a interferência da atividade turística, uma vez que partimos do pressuposto que há uma tensão entre os grupos étnicos, populações tradicionais e a lógica tecnocrática de projetos desenvolvimentistas de uma economia liberal baseada no mercado (Escobar 2005).

Pretendemos, também, perceber de que forma as interferências propostas pela regionalização do turismo e pelos projetos de desenvolvimento local subsequente se relacionam com as populações locais, tendo em vista que o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) tem dentre os seus princípios os seguintes: garantir aos povos e comunidades tradicionais a posse sobre seus territórios; o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica; a garantia dos direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos; além de assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça a sua integridade; reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais; garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e

comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais.

A garantia de direitos territoriais para as populações que habitam o litoral extremo oeste da costa do Ceará, como é o caso da localidade de Bitupitá, está posta em jogo, uma vez que se trata de famílias de pescadores e agricultores que vivem há mais de cem anos em terras de propriedade da União e que, portanto, não possuem a titularidade das terras onde, não somente habitam como também realizam atividades de cunho tradicional; tarefas que demandam um sistema de conhecimentos detalhados, exatos e particulares sobre o meio natural, como é o caso da pesca artesanal de curral.

Consideramos que a proposta de desenvolvimento turístico local e a sustentabilidade ambiental são pontos que vêm sendo divulgados pelo Estado brasileiro em eventos, discursos e planejamentos oficiais, como uma das grandes bandeiras em consonância ao desenvolvimento econômico do país. No entanto, percebemos que não somente com respeito ao turismo, mas também a outros setores, como o energético, vem sendo proposto um modelo de expansão que acarreta impactos no ambiente e nas localidades onde são efetivadas tais mudanças.

Como bem nos mostram Sampaio e Silva (2013) sobre a expansão da energia eólica na planície costeira do Ceará, mesmo havendo estudos que tragam alternativas de instalação que acarretem menores impactos, as empresas, guiadas pelo seu cálculo em termos de custo e benefício, são levadas a instalar seus parques em campos de dunas fixas ou móveis, onde há incidência de núcleos populacionais ou de áreas que geralmente são de preservação ambiental (Sampaio e Silva, 2013:12).

Como ferramenta de análise nos guiamos pelas propostas e discussões no âmbito da antropologia do turismo, que enfatizam a tensão existente entre sociedade e ambiente, lançando um olhar crítico sobre a noção de desenvolvimento sustentável, território e ambiente, como desenvolvido por Leff (2007), Coriolano (2006) e Escobar (2005).

É contemplando a tensão entre o normativo e executado e em meio a esse contexto de expansão turística no litoral extremo Oeste do Ceará, concomitante às políticas nacionais de desenvolvimento direcionadas, primordialmente, ao beneficiamento em infraestrutura e energético, por meio de usinas eólicas, que o acompanhamento aprofundado na área em questão torna-se imprescindível para traçar estudos comparativos futuros, com a finalidade de apreender os impactos que esse roteiro turístico pode gerar nas populações ali residentes.

Contextos Locais

Os dados que serão apresentados a seguir, dizem respeito a dois distintos vilarejos, a praia de Bitupitá e o vilarejo campesino de Venâncio, no entanto interligados por uma mesma dinâmica intervencionista. Ambos os povoados estão inseridos num contexto de mudanças em razão de projetos desenvolvimentistas, como a instalação de parques eólicos no vilarejo de Venâncio e a efetivação de roteiros turísticos que atingem a ambos os lugares.

A localidade de Bitupitá é um distrito do município de Barroquinha, situado no estado do Ceará. Bitupitá é também conhecido pelos antigos moradores por *Almas*, o nome da antiga localidade, também habitada por famílias de pescadores, que há mais ou menos cem anos teve o seu território invadido por dunas móveis que a cobriram por completo. O fato obrigou os moradores a se deslocarem para um local seis quilômetros mais a oeste de onde moravam. A partir de então, a vila passou a ser chamada de Bitupitá, palavra indígena que faz referência aos ventos que sopram do Leste.

Já a localidade de Venâncio distancia-se menos de dois quilômetros da praia de Bitupitá, sendo um vilarejo de aproximadamente trezentos habitantes que distribuem suas atividades produtivas entre agricultura, trabalho na salina (sazonalmente) pesca e comércio. Como observado, o surgimento deste vilarejo deu-se de forma similar à dos pequenos distritos que compõem toda a região, inicialmente formados por pequenos grupos familiares

que, com o tempo, ganharam a forma de vilarejo.

A origem do vilarejo do Venâncio deve-se às atividades econômicas advindas de cidades como Camocim e Granja, em meados do século XIX. A origem do vilarejo, como relatam os moradores do local, deve-se ao abastado comerciante português Alexandre Ferreira da Costa Veras, que se tornou proprietário de uma gleba de terra, ao adquirir quatro datas em 1875, 1879, 1881 e 1897, indicando aproximadamente quatrocentas braças de terras e compreendendo o território atual de Venâncio. Assim, diante da instalação do comerciante português a família passou a se tornar povoado, e a partir dos descendentes do comerciante português novas unidades familiares foram se conformando, partindo do casamento entre membros da mesma família. Em sua totalidade, os casamentos ocorrem entre primos de uma mesma geração e atualmente, os herdeiros de Alexandre Ferreira da Costa Veras se encontram na quinta geração, mantendo a lógica de casamentos intrafamiliares há, aproximadamente, 130 anos.

O que se apresentou como fato preponderante à constituição social da localidade foi a forte ligação dos moradores com a terra e os estreitos laços parentais mantidos entre todos os moradores de Venâncio. A ligação com a terra – que garante tanto a proveniência do alimento quanto a moradia da família – é mantida e assegurada pelos constantes casamentos entre membros da mesma família, o que faz com que, segundo eles, o Venâncio pertença a “um dono só”, ou seja, todos os moradores pertencem a um mesmo tronco familiar. Isto implica que as relações parentais estão profundamente inseridas no modo de relacionamento dos habitantes com a terra, pois é dela que sai o alimento, o trabalho, onde se criam os filhos e formam-se as famílias, e é a partir da transmissão hereditária dela, garantida pelos casamentos endogâmicos, que esse modelo pode ser perpetuado (Heredia 1979).

O município de Barroquinha emancipou-se em 1988 do município de Camocim. Possui área absoluta de 383,46 km² e suas principais vias de acesso são pela BR-222, CE-364 e BR-402.

Barroquinha tem limites, ao Norte, com Camocim e Oceano Atlântico; ao Sul, com Chaval e Granja; ao Leste, com Camocim e a Oeste com o estado do Piauí e Sobral. O acesso à cidade é facilitado pela BR-222, que liga a cidade ao município de Camocim e à praia de Jericoacoara, percursos inseridos no projeto *Rota das Emoções*.

A população de Barroquinha, segundo o censo demográfico do IBGE (BRASIL 2010) é de 14.476 habitantes, sendo 9.770 o número da população residente em áreas urbanas e 4.706 a população residente em áreas rurais. O número total de moradores congrega a população dos distritos de Bitupitá e Araras e das micro áreas de São Vicente, Boa Vista, Baixinha, Pereira, Taquari, Araras, Bambu, Vertente, Baixa Grande, Leitão, Venâncio, Capim-Açú, Canadá, Chapada, Arara de Baixo, Curimã e Praia Nova.

Essa região possui uma paisagem diversificada composta por dunas, áreas de coqueirais, carnaubais e vegetação rasteira. A população que habita esses lugarejos vive da agricultura e da coleta de mariscos nos escoadouros dos rios Timonha e Ubatuba, e ainda do pequeno comércio de produtos alimentícios. Ao transitar pela estrada é notável perceber um fato comum em quase todos os povoados: não há uma delimitação precisa na separação das casas – no máximo os moradores fazem cercas baixas de troncos de madeira – e nem dos terrenos que constituem as localidades.

Segundo dados do Perfil Básico Municipal 2010 de Barroquinha (SEPLAG, 2010), a população se distribui, majoritariamente, nas atividades econômicas de pesca, agropecuária, comércio, administração pública e serviços. A cidade de Barroquinha possui saneamento básico, abastecimento de água e energia elétrica, assim como os pequenos lugarejos de sua capacidade político-administrativa, Bitupitá e Araras. Há rede de ensino público e privado, que conta com escolas de ensino pré-escolar, fundamental e médio.

A localidade da praia de Bitupitá é habitada por cerca de quatro mil habitantes e Venâncio por aproximadamente trezentos. O acesso aos distritos é feito por carros tipo ‘pau-de-arara’, meio de transporte bastante

comum para os moradores que necessitam se locomover entre os povoados e a sede do município. Muitos moradores usam motocicletas e bicicletas, e poucos se utilizam de carros particulares para a sua locomoção. O fluxo para a praia de Bitupitá e para Venâncio vem sendo facilitado em razão da melhoria da estrada, ou “rodagem”, denominação dada pelos moradores da praia de Bitupitá, que consiste na transformação da estrada de areal em piçarra, ou terra batida.

166

É importante ressaltar que apenas uma pequena área da praia de Bitupitá está inserida na APA-Delta do Parnaíba (Área de Proteção Ambiental), pois há na região uma extraordinária riqueza natural proporcionada pela beleza das dunas, manguezais e pela biodiversidade do estuário do rio Timonha e Ubatuba.

Encontramos na localidade da praia de Bitupitá, 35 pequenos comércios e quatro pequenas pousadas de propriedade de nativos, sendo as seguintes: a “Pousada Dunas” que fica de frente para o mar, na área denominada “Cabeça”; a “Pousada e restaurante do Taim”, também na rua da Praia, mas já na sua área central; a “Pousada Ronco do mar”, na rua paralela à rua da Praia; e o “Hotel Bitupitá”, que fica próximo à rua Central, também chamada de rua do Comércio.

Ainda referente à moradia da população de Bitupitá, as casas da região não têm números e as ruas não são nomeadas com placas que possuam CEP (Código de Endereçamento Postal). Os moradores não possuem documentos de posse das residências, nem parecem se preocupar com o fato. Afirmam que seus parentes moram ali há muito tempo o que, para eles, parece conferir-lhes o direito de posse. Alguns moradores dizem ter contratos particulares de venda que foram registrados no cartório local.

Ambiente, populações tradicionais e políticas de desenvolvimento

Desde o lançamento do roteiro “Rota das Emoções: Jeri – Delta – Lençóis” mudanças infraestruturais e a adesão ao projeto de eólicas foram previstas para o município de Barroquinha, com melhorias na área afetada. A construção de

novas estradas, pavimentação, melhoria do sistema de água e esgoto e novos empregos para os jovens das localidades mais longínquas constavam no discurso da carente população que há anos espera por enérgicas intervenções.

Um dos fatos que muito nos chamou atenção foi a ansiosa espera da população pela melhoria da via principal, que liga o município de Barroquinha aos distritos principais, como Bitupitá. A tão esperada “rodagem” traria benefícios a todos aqueles que precisam se locomover com segurança e sem a surpresa de tê-la interrompida por conta de chuvas ou estiagem intensa. Pelo fato da reforma da estrada, que está inserida nas adequações do município às mudanças propostas pelo roteiro turístico, que traria intensa movimentação tanto para a praia quanto para as localidades à beira da estrada, iniciamos uma reflexão sobre os entrelaçamentos existentes entre os moradores de Bitupitá com o ambiente que os envolve.

Durante o nosso convívio com as famílias de pescadores e agricultores de Bitupitá, corriqueiramente nos surgiam inquietações sobre o modo das famílias se relacionarem com a natureza. Afinal, o que seria a natureza para os grupos que pesquisamos? A partir da nossa participação em campo, como poderíamos apreender, ou nos aproximar, da experiência que nossos interlocutores tanto se esforçavam em nos explicar?

Entendemos que o cotidiano da localidade é parte de um ciclo vital preservado pelos habitantes. A maioria dos moradores da praia de Bitupitá e do vilarejo agrícola de Venâncio vive exclusivamente das atividades relacionadas ao mar e à terra durante todos os períodos do ano, isto é, tanto no inverno quanto no verão os pescadores e agricultores realizam as atividades de pesca e cultivo da terra como principal fonte de renda.

É na praia que acontece a maioria das atividades ligadas à pesca, como, por exemplo, a construção e o conserto dos apetrechos da pesca, a negociação do pescado, bem como as relações de interação e sociabilidade – é na praia que as crianças brincam, que os jovens jogam futebol e as mulheres caminham ao cair da tarde. A

aproximação entre organismo e ambiente se mostra presente quando observamos as pequenas lagoas entre dunas, como pontos de encontro para apreciação de momentos lúdicos para os mais novos, enquanto os adolescentes dão os primeiros passos na iniciação da vida amorosa, enriquecendo a vida social no vilarejo.

Não muito distante da praia de Bitupitá, sabemos que novas e diferentes intervenções no ambiente, incluindo a instalação de novos empreendimentos turísticos e gerenciamento de parques nacionais por empresas privadas, como no caso proposto em Jericoacoara, vem se apresentando como uma nova fase de expansão do turismo no Brasil, como já observado nos estudos de Rodrigues e Santos (2012). Na justificativa dada a tais projetos prevalece a afirmação de melhoria para a população residente e uma eficaz forma de prover lucros e controlados impactos ambientais, como pode ser visto na fala de Wagner Cardoso, do Instituto Chico Mendes (ICMBio) e chefe do Parque Nacional de Jericoacoara (PARNA), abaixo:

A Vila de Jericoacoara vai receber grande aumento na vinda de pessoas, e o parque acaba recebendo os impactos desse turismo. A PPP [parceria público privada] viria para equiparar esse crescimento com estrutura.

Em contrapartida, ações como essas interviriam diretamente no cotidiano dos moradores e no rearranjo do ambiente natural. Novos pontos turísticos seriam criados, novos cenários e sociabilidades descobertos, traduzido numa *incorporação da natureza ao capital*, nas palavras de Leff,

Assim os processos ecológicos e simbólicos são reconvertidos em capital natural, humano e cultural, para serem assimilados ao processo de reprodução e expansão da ordem econômica, reestruturando as condições da produção mediante uma gestão economicamente

racional do ambiente.
(2007:23)

Deste modo, a exemplo do que vem ocorrendo em destinos turísticos próximos à área em questão, o turismo se apresenta como uma atividade que se apropria da natureza e que, não muito diferente de outras intervenções econômicas, modifica o ambiente. Como esclarece Coriolano,

Quando a atividade turística se aloca em comunidades litorâneas ditas tradicionais, desencadeia uma série de impactos socioculturais provocados pela negação dos valores tradicionais dessas comunidades, levando a se questionar até que ponto o turismo respeita as identidades culturais. (2007: 24)

Naqueles lugares onde o turismo já está presente, percebemos que as atividades tradicionais são pouco valorizadas por parte dos governos, que incentivam mais a implantação de novos modelos de desenvolvimento, estes espelhados em modelos privados transnacionais, do que a incrementação de atividades tradicionais como a pesca, agricultura e pecuária. Essa falta de apoio, portanto, leva as populações a trabalharem com aquilo que lhes é oferecido, ou facilitado, no caso o turismo, sem uma melhora significativa nas condições de vida (Rodrigues 2010).

Pesca Artesanal, tradições familiares e outros lugares

Apresentamos no decorrer desse tópico, modos de vida que integram inteiramente o social com o meio natural. Referimo-nos a pescadores e agricultores que para atuarem na atividade pesqueira ou campesina desenvolvem formas de pensar, agir, relacionar-se, construir e experimentar o natural de maneira peculiar (Escobar 2005).

Segundo Rodrigues e Santos (2012) a dificuldade na classificação dessas populações como tradicionais, dentre outros motivos, é um dos principais empecilhos encontrados por elas para a garantia dos seus direitos territoriais. Nesse sentido, partimos do pressuposto que o fator

territorial precisa ser inserido nas atuais inquietações sobre o conceito de populações tradicionais, uma vez que é crucial, no debate sobre o direito à terra habitada por essas populações, a relação entre o território e o modo de vida no qual constroem seus saberes e fazeres.

Em Araújo (2013) são apresentadas as características da modalidade de pesca mais comum na praia de Bitupitá, a pesca de curral. Trata-se de atividade conhecida também por pesca de cerco fixo ou, ainda, armadilha fixa e se vale de arranjos de cercas com passagens intrincadas e sinuosas considerados como labirintos. É uma técnica de pesca artesanal que captura peixes de médio e até de grande porte. Orientados pelos fluxos das marés, os pescadores instalam grandes cercados a uma distância de uma e até duas milhas da costa (equivale a 1.600 a 3.200 quilômetros). Essas armadilhas chegam a medir de 400 a 700 metros de comprimento por 6 a 12 metros de altura. São construídas geometricamente com varas e mourões-madeiras roliças- fincados em águas rasas ou profundas, redes de nylon e telas de arame que revestem toda a estrutura de madeiramento do curral.

Já no lugarejo denominado Venâncio, Aragão (2013) expõe como as relações parentais no povoado estão associadas à origem do vilarejo, ao território e atuam como esquema organizador não só no discurso, mas também na prática dos moradores da localidade. Em especial, os laços parentais são estabelecidos, afirmados e reafirmados por meio de casamentos prescritivos entre pares de primos – os casamentos trocados – constituindo o parentesco, uma linguagem por meio da qual se expressam valores de propriedade e uso da terra. Outra característica marcante do local é o fato do cemitério não ser murado. Muitos dos jazigos estão sendo acomodados bem próximos aos quintais dos moradores, bem como a área pertencente à igreja, de forma que “confundem” o que seria sagrado e profano.

Na orla marítima da praia de Bitupitá, em março de 2013 existiam 220 canoas, vinte currais armados na distância de uma a duas milhas da orla da praia e 18 pesqueiras de alvenaria e de palha em toda

a praia, além de dois marceneiros que são os responsáveis pela construção das canoas da região. A partilha do que é conseguido na pescaria fica a cargo do mestre da embarcação que, em muitos casos, é subordinado ao dono do curral e este, muitas vezes, é também dono da canoa. É responsabilidade do mestre da embarcação vender o peixe para os guarás, receber o dinheiro, fazer a partilha e levar para o dono do curral o que foi conseguido na pescaria (Pessanha 2003; Lima 1997; Telles 2007).

Na experiência estudada, a divisão é chamada “quatro por um”, já que 40% do ganho da pescaria fica para o dono da embarcação e 60% é dividido entre o mestre, vaqueiros e mata-vaqueiros. A divisão é feita da seguinte forma: se o conseguido for R\$ 100,00, o dono do curral fica com R\$ 40,00; o encarregado da embarcação fica com R\$ 20,00; o mata-vaqueiro fica com R\$ 20,00 e o restante é dividido igualmente entre os dois vaqueiros (Araújo 2013).

Diegues (1999) aponta que foi partir da década de 1960 que a pesca e as colônias de pescadores começaram a ser percebidas dentro de um contexto mais amplo da sociedade nacional, da penetração das relações capitalistas no setor pesqueiro, gerando conflitos entre a pesca em pequena produção e a industrial.

No entanto, somente em 2011 foram inseridos motores nas embarcações da praia de Bitupitá, até o referido ano os pescadores utilizavam-se apenas de barcos a vela. O novo instrumento foi utilizado, inicialmente, para a realização do trabalho de despesca em currais de fora, que, naquele período, se situavam a aproximadamente dois quilômetros de distância da orla marítima. Segundo o depoimento de um pescador, a nova técnica não teria sido um bom negócio para os pescadores da praia. Esse mesmo pescador, ao retornar do seu trabalho de despesca nos currais e cruzar com um barco movido a motor, relatou:

Isso aí é a ‘rabeta’ (se referindo ao motor) custa 3.000 conto, o pessoal tão usando aqui pros curral de fora. Já tem umas poucas

dessas aqui. Bem rápido os meninos aí vão e voltam do curral. Mas tá espantando é os peixes, eu lá quero isso.

O uso do motor nas embarcações, ainda que utilizado apenas para a realização do trabalho de despesca nos currais mais distantes da orla marítima, modificou as concepções de tempo e espaço de alguns pescadores residentes na localidade. Uma vez que, um barco a motor pode levar um pequeno pescador bem mais longe que uma canoa, num curto intervalo de tempo, o espaço explorado se amplia, exigindo também um aumento dos conhecimentos técnicos e do meio natural. O que não altera a dimensão artesanal do trabalho, uma vez que, segundo Diegues, o principal fator que determina e distingue a pesca artesanal da pesca industrial é a forma como é feita a divisão da produção, que no caso da pesca artesanal de Bitupitá se caracteriza pelo o sistema de partes, de forma que, como bem já explicitou Diegues, a pesca artesanal é,

Aquela em que o pescador sozinho ou em parcerias participa diretamente da captura de pescado, utilizando instrumentos simples, baseando-se em conhecimentos adquiridos de pai para filho ou dos mais velhos da comunidade (Diegues 1995; Silvano 1997).

O referido autor destaca, ainda, que na pesca artesanal os pescadores adquirem um extenso conhecimento sobre o meio ambiente, as condições da maré, os tipos de ambientes propícios à vida de certas espécies de peixes, o manejo dos instrumentos de pesca, identificação dos pesqueiros (melhores pontos de pesca), o hábito dos diferentes peixes, o comportamento e classificação dos peixes. Esse conjunto de conhecimentos é utilizado nas estratégias de pesca de curral e pode ser útil para o manejo de estoques pesqueiros.

Mas, apesar do caráter tradicional da atividade pesqueira em Bitupitá ainda existir, as mudanças estão ocorrendo vagarosamente, sendo acompanhadas de novas relações econômicas, particularmente

por uma distribuição de riquezas que se dá em detrimento dos pescadores. Como se pode notar nas relações existentes entre o dono de curral e os pescadores que não possuem os instrumentos de produção, como o barco e o curral, ficam impossibilitados de acessarem o mar livremente para a pesca, bem como de se inserir na lógica de venda de peixe para o mercado.

No entanto, há várias características da atividade pesqueira que permitem interrogar o “seu caráter puramente capitalista” (Pessanha 2003). No caso da pesca de curral, na praia de Bitupitá, não há a remuneração na forma de salário, nem um trabalho comandado pelo tempo do relógio – mas um tempo marcado pelos movimentos da natureza.

Apesar de existirem ainda interfaces entre o tradicional e o moderno na localidade de Bitupitá é notório que a região está sendo incorporada às práticas típicas da modernidade, com a intervenção do Estado e sujeitas às dinâmicas globais pelo viés do desenvolvimento, em especial pelo turismo. Este vem ganhando mais notoriedade como estratégia de desenvolvimento para a região, com a perspectiva futura de produzirem profundas transformações socioespaciais e culturais, bem como a geração de novas formas de territorialidade.

Segundo Escobar (2005) há um crescente interesse do Estado pelo litoral, gerando um crescimento exorbitante de conflitos entre os grupos étnicos e a lógica tecnocrática de projetos desenvolvimentistas de uma economia moderna liberal baseada no mercado, já que a lógica capitalista parece impor um ordenamento espacial aliado a uma racionalidade utilitarista contra os quais os grupos étnicos resistem.

Entendemos que os povoados de Bitupitá e Venâncio mobilizaram formas de resistência aos planos de “modernização” para a localidade e a interferência em seus modos de vida quando se organizaram em passeatas no ano de 2013 com cartazes dizendo “Não ao Projeto de Usinas eólicas nas dunas”. O referido projeto de implementação de um parque eólico nas dunas situadas no Vilarejo de Venâncio já havia sido anulado em audiência pública no

ano de 2009 e retornou a prefeitura de Barroquinha no ano de 2013.

Torna-se crucial para a discussão aqui posta a concepção de Escobar (2005) acerca da profunda ausência de lugar que domina a atual condição humana. Para o referido autor o conceito de lugar é repensado à medida que continua sendo uma ajuda ou um impedimento para pensar cultura. Ou seja, para Escobar a ausência de lugar – condição generalizada do desenraizamento- se transformou no fator essencial da condição humana. Há uma marginalização do lugar nos discursos teóricos e nos planos práticos da globalização. O autor traz um conceito de lugar como “experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa” (p. 133).

Segundo o referido autor, a dinâmica da cultura e da economia de grupos étnicos que habitam localidades distantes das relações que regem o mundo moderno vão sendo alteradas significativamente por processos globais inéditos. Logo, o lugar desaparece no “frenesi da globalização” e como consequências desse enfraquecimento do lugar a nossa compreensão de cultura, de conhecimento da natureza e da economia mudam profundamente.

O ponto central deste tópico diz respeito à importância de considerar que a pesca artesanal praticada pelos pescadores de Bitupitá, bem como o modo de vida baseado na agricultura realizada pelas famílias de Venâncio existem como práticas econômicas baseadas no *lugar*. E a experiência do desenvolvimento, de projetos turísticos e usinas eólicas na região vêm trazendo um significativo rompimento com o lugar, posto que uma reafirmação do lugar, dos modos de vida e da cultura local, coloca-se do lado oposto ao domínio do espaço, do capital e da ideologia da modernidade.

Uma vez que as populações de Bitupitá e Venâncio constroem modos de vida completamente diferentes das formas modernas dominantes, utilizando os ambientes naturais de maneiras muito peculiares, bem como produzindo formas de pensar, relacionar-se, construir e

experimentalizar o natural de forma diferente, isto gera um modo de vida em que o social está necessariamente integrado ao universo. É possível tratarmos, com a chegada de projetos de desenvolvimento na região, de um encurralamento dos povos tradicionais no lugar, não há expulsão, mas um “descolamento em situ”, um acossamento em doses homeopáticas.

Referências

- BRASIL, **Turismo no Brasil 2011-2014**. 2011. Conselho Nacional de Turismo.
- BRASIL. 2007. **Plano Nacional de Turismo, 2007/2010: Uma viagem de inclusão**. Ministério do Turismo.
- BRASIL. 2013. **Plano Nacional de Turismo 2013/ 2016: O Turismo fazendo muito mais pelo Brasil**.
- BRASIL. Ministério do Turismo. 2003. **Plano Nacional de Turismo 2003/2007: Diretrizes, metas e programas**.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. 2007. **O turismo e a relação sociedade-natureza: Realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE.
- DIEGUES, Antonio Carlos S. 1995. **Povos e mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 269 p.
- DIEGUES. 1999. *A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil*. São Paulo: NUPAUB, 1999.
- ESCOBAR, Arturo. 2005. “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?” In LANDER, Edgardo (org.), **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, pp.133-168.
- INGOLD, Tim. 2000. **The perception of the environment. Essays on livelihood, dwelling and skill**. London and New York. Tradução de Silvio Carvalho.
- LEFF, Enrique. 2007. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis: Editora Vozes.
- LIMA, Roberto Kant. 1997. **Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e**

- ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro.** Niterói: EdUFF.
- PESSANHA, Elina G.F. 2003. **Os companheiros. Trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu.** Niterói: EdUFF.
- RODRIGUES, L.C e SANTOS, P. A. 2012. “Populações Tradicionais, Turismo e Conflitos Territoriais. Estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará”. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, vol. 4 (1): 67- 93. Jan./Jun. 2012.
- RODRIGUES, L.C. e MATTOS, S. (orgs.). 2007. **Cultura e Trabalho. Prática, fazeres e saberes.** Campinas (SP): Unicamp CMU-Publicações: Editora Arte Escrita.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. 2008a. **Antropologia e políticas públicas: incentivo ao turismo no extremo-oeste da costa cearense e impactos sobre populações locais.** Projeto de pesquisa CNPq, inédito.
- RODRIGUES. 2010. “Diretrizes da Política Nacional de Turismo e Subsídios para a sua avaliação”, **Revista Gestão Pública: práticas e desafios.**
- SAMPAIO, J. L. F e SILVA, D. R. F. 2013. **Panorama da expansão da energia eólica no Ceará.** ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE LA AMERICA LATINA, Peru.
- SEPLAG - SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO. 2010. **Perfil Básico Municipal** - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Governo do Estado do Ceará, Fortaleza-CE.
- SIAB - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA. 2010. **Cadastro da Secretaria de Assistência à Saúde e Secretaria Municipal de Saúde de Barroquinha do Programa de Saúde da Família (PSF)**, 09/2010.
- SILVANO, R. A. M. 1997. **Ecologia de Três Comunidades de Pescadores do Rio Piracicaba (SP).** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Biologia. Campinas, SP.